



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA  
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ/MF 04.895.728/0001-80  
NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2014. 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 11 dias do mês de junho de 2014, na filial da Equatorial Energia S.A., na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 633 – Gr. 708 – Leblon, Offices Shopping Leblon, CEP 22.430-041, às 09:00 horas, reuniu-se a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”).

**2. CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Convocação dispensada nos termos do artigo 20, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, haja vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Firmino Ferreira Sampaio Neto, Armando de Souza Nascimento, Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, Eduardo Haiama, Ana Marta Horta Veloso, José Guilherme Cruz Souza, Carlos Augusto Leone Piani e Augusto Miranda da Paz Júnior.

**3. MESA:** Presidente – Firmino Ferreira Sampaio Neto; Secretário – José Silva Sobral Neto.

**4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) conforme o disposto no artigo 22 (I) do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), a realização da 2ª (segunda) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada (“Segunda Emissão”, “Notas Promissórias”, “Instrução CVM 134/90”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476/09”, respectivamente), no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (ii) a autorização aos Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia, a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à realização da Segunda Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Notas Promissórias e assinar as respectivas cartúlas; (b) contratar instituição financeira devidamente habilitada para ser responsável pela prestação dos serviços de banco mandatário, bem como pela coordenação e intermediação da Oferta Restrita, sob o regime de garantia firme de liquidação; e (c) contratar quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Segunda Emissão, à Oferta Restrita e/ou às Notas Promissórias, incluindo, sem limitação, os assessores legais.

**5. DELIBERAÇÕES:** Preliminarmente, os Conselheiros aprovaram a lavratura desta ata em forma sumária. Em seguida, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, foi aprovada: (I) nos termos do artigo 22 (I) do Estatuto Social, a realização da Segunda Emissão nos termos da Instrução CVM 134/90 e da Instrução CVM 476/09, as quais terão as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Segunda Emissão: o valor total da Segunda Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Segunda Emissão”); (b) Número de Séries: a Segunda Emissão será realizada em série única; (c) Quantidade de Notas Promissórias da Segunda Emissão: serão emitidas 20 (vinte) Notas Promissórias; (d) Valor Nominal Unitário: as Notas Promissórias terão valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); (e) Data de Emissão: a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva subscrição e integralização (“Data de Emissão”); (f) Forma: as Notas Promissórias serão emitidas fisicamente, em forma cartular, e ficarão depositadas em instituição financeira a ser contratada para prestação de serviços de banco mandatário (“Banco Mandatário”). As Notas Promissórias circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade, do qual deverá constar a cláusula “sem garantia”; (g) Titularidade: Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela respectiva cartúla (“Cartúla”). Para as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente no Módulo Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”) da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pelo extrato expedido pela CETIP em nome do respectivo titular das Notas Promissórias; (h) Destinação de Recursos: os recursos captados mediante a colocação das Notas Promissórias objetivam fazer frente aos déficits de capital de curto prazo da Companhia, e servirão de empréstimo-ponte para financiamento direto a ser concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (i) Atualização Monetária e Remuneração: O Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias da Segunda Emissão não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento (conforme abaixo definido) ou, se for o caso, até a Data de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) ou até a data de liquidação antecipada, de acordo com os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas das Notas Comerciais e Obrigações – CETIP21”, disponível para consulta na página da CETIP na internet (<http://www.cetip.com.br>), reproduzidos nas Cartúlas. Os Juros Remuneratórios serão pagos integralmente aos titulares das Notas Promissórias, em conjunto com o pagamento do Valor Nominal Unitário, (a) na Data de Vencimento (conforme abaixo definido); (b) se for o caso, na data de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido); ou (c) na data da liquidação antecipada, na ocorrência de uma hipótese de vencimento antecipado, nos termos do item “q” abaixo; calculados de acordo com a fórmula descrita nas Cartúlas; (j) Prazo e Data de Vencimento: as Notas Promissórias terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão (“Data de Vencimento”), sem prejuízo do disposto nos itens “p” e “q” abaixo; (k) Distribuição: as Notas Promissórias serão objeto da Oferta Restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados (“Investidores Qualificados”), assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de liquidação, com a intermediação de um participante do sistema de distribuição de valores mobiliários para atuar como instituição intermediária da Oferta; (l) Colocação e Negociação: as Notas Promissórias serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente de acordo com os procedimentos da CETIP. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão ou aquisição pelo investidor qualificado, de acordo com os artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, considerando que a Companhia esteja em dia com as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Simultaneamente à liquidação financeira da Segunda Emissão, as Notas Promissórias serão depositadas em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP; (m) Subscrição e Integralização: As Notas Promissórias serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, observados os procedimentos definidos pela CETIP, sendo que todas as Notas Promissórias deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data, pelo seu Valor Nominal Unitário; (n) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão realizados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Notas Promissórias estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, caso as Notas Promissórias não estejam custodiadas eletronicamente no referido módulo, na sede da Companhia, ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, conforme aplicável; (o) Aval: as Notas Promissórias contarão com garantia fidejussória representada por aval da Equatorial Energia S.A. a ser apostado nas Cartúlas; (p) Resgate Antecipado Facultativo: As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer tempo, pela Companhia, total ou parcialmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia contado da Data de Emissão (“Data de Resgate Antecipado” e “Resgate Antecipado”, respectivamente). No momento da subscrição das Notas Promissórias ou de sua aquisição no mercado secundário, conforme o caso, o respectivo titular anuirá de forma irrevogável e irretirável com os termos e condições do Resgate Antecipado, de forma que as Notas Promissórias poderão ser resgatadas unilateralmente pela Companhia. O Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, bem como de eventuais encargos vencidos e não pagos, até a Data de Resgate Antecipado (“Preço de Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado será realizado mediante o envio, pela Companhia à CETIP e aos titulares de Notas Promissórias, de comunicação por escrito com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis contados da Data de Resgate Antecipado (“Comunicação de Resgate Antecipado”). Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar (i) a Data do Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) o Preço de Resgate Antecipado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado. O Resgate Antecipado parcial das Notas Promissórias será realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 7º, parágrafo 4º, da Instrução CVM 134/90. Nesta hipótese, a Companhia será responsável por organizar o sorteio, comunicando a data de sua realização aos titulares das Notas Promissórias por meio da Comunicação de Resgate Antecipado. O Resgate Antecipado implica a extinção das Notas Promissórias resgatada, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no artigo 7º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 134. Para as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado será realizado em conformidade com os procedimentos da CETIP; (q) Hipóteses de Vencimento Antecipado: as Notas Promissórias poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial, observado o disposto nas Cartúlas das Notas Promissórias; (r) Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Promissórias, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Notas Promissórias, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo; e (s) Encargos Moratórios: Caso a Emissora deixe de efetuar o pagamento de qualquer quantia devida ao titular das Notas Promissórias, os débitos em atraso, acrescidos dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado devido e não pago, ou, em caso de obrigação não pecuniária, sobre o Valor Nominal Unitário, sem prejuízo de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante atualizado devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão, conforme o caso, a partir da Data de Vencimento ou da data de vencimento antecipado, conforme item “q” acima, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. (ii) a autorização aos Diretores da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à realização da Segunda Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Notas Promissórias; (b) contratar instituição financeira devidamente habilitada para ser responsável pela prestação dos serviços de banco mandatário, (c) contratar um participante do sistema de distribuição de valores mobiliários para atuar como instituição intermediária da Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação; e (d) contratar quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Segunda Emissão, à Oferta Restrita e/ou às Notas Promissórias, incluindo, sem limitação, os assessores legais.

**6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, os trabalhos foram suspenso para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelos conselheiros, que em seguida a assinam.

**7. ASSINATURAS:** Presidente: Firmino Ferreira Sampaio Neto; Secretário: José Silva Sobral Neto. Membros do Conselho de Administração: Firmino Ferreira Sampaio Neto, Armando de Souza Nascimento, Felipe Oppenheimer Pitanga Borges, Eduardo Haiama, Ana Marta Horta Veloso, José Guilherme Cruz Souza, Carlos Augusto Leone Piani e Augusto Miranda da Paz Júnior. Rio de Janeiro, 11 de junho de 2014. **Firmino Ferreira Sampaio Neto** - Presidente; **José Silva Sobral Neto** - Secretário. Membros do Conselho de Administração: Felipe Oppenheimer Pitanga Borges; Armando de Souza Nascimento; Augusto Miranda da Paz Júnior; Eduardo Haiama; Firmino Ferreira Sampaio Neto; Ana Marta Horta Veloso; José Guilherme Cruz Souza; Carlos Augusto Leone Piani.

**L.C.F. BOITE E RESTAURANTE LTDA – EPP  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700063**

CNPJ: 11.241.078/0001-14, torna público que recebeu da SEMMA, Licença Ambiental de Operação nº 289/2014, atividade de Boite e Restaurante, Tv. Benjamin Constant 303, bairro Reduto, Belém/Pa.

**(LUKAJU AGROPECUÁRIA E EMPRENDIMENTOS  
IMOBILIÁRIOS LTDA.**

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700194**

Torna Público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Licença Ambiental Rural – LAR, para atividade de bovinocultura, para TERRA ROXA DO INAJA, na cidade de SANTA MARIA DAS BARREIRAS. Foi determinado o Plano de Controle Ambiental – PCA).

**MARTINS AGROPECUÁRIA S/A  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700336**

CNPJ Nº 15.271.802/0001-03 - NIRE 15300015014  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
Ficam os Srs. Acionistas de Martins Agropecuária S.A. (“A Companhia”) convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 11:00 horas do dia 25 de junho de 2014, na sede da Companhia na Fazenda Jutaituba, Lote 23, Setor E, Zona Rural, Baião/PA, CEP 68.465-000, a fim de tratar sobre a seguinte ordem do dia: **AGO:** i) Tomada de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e do relatório da auditoria relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; ii) destinação do lucro líquido do exercício; iii) Fixação da remuneração global dos administradores para o ano de 2014; iv) Outros assuntos. **AGE:** (i) apresentação do orçamento de 2014; (ii) apresentação do relatório de auditoria de campo da área de manejo florestal (IFT); (iii) planejamento estratégico de médio e longo prazo - visão geral e proposta de encaminçamento. Baião/PA, 12 de junho de 2014. Martins Agropecuária S.A.

**Alair Martins do Nascimento**  
Diretor Presidente.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DOS EXPORTADORES DE GADO-ABEG**

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700203**

Situada à Av. Gov. José Malcher, Nº 485 Loja B – Nazaré – Belém-PA, CNPJ: 10.422.167/0001-02 torna público que solicitou a Licença de Operação junto a SEMA, processo nº 2013/8910, para Pátio de estacionamento de caminhões.

**POSTO CIDADE LUZ LTDA**

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700204**

CNPJ No. 05.474.244/0001-20 torna público que recebeu da Prefeitura Municipal de Tucuruí - Pará, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a **Renovação da Licença de Operação nº027/2014**, para **Posto Revendedor de Produtos Derivados de Petróleo**, empresa localizada à Rua Lauro Sodré 888 - Centro -, através do processo nº 004/2014 .

**Marcelo Alexandre Costa Silva**  
Sócio/Diretor

**CERÂMICA CACHOEIRA LTDA  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700254**

CNPJ 09.383.419/0001-44, torna público que requereu à SEMA a renovação da LO Nº 4784/2010, Processo 31056/2009, p/ fabricação de cerâmica, na Rodovia BR-010, Km 1820, S/N, Zona Rural, São M. do Guamá - PA.”

**FUTURA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700260**

À empresa **Futura Construções LTDA - EPP**, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, a Licença Prévia para **Atividade de Construção Civil – Obras Diversas**, localizada na origem representada pela Gleba Tucuruí, Lotes 24 e 25, Setor 03, **Empreendimento Don Pedro**, na cidade de **Novo Repartimento estado do Pará**. Não foi realizado Estudo de Impacto Ambiental.

**FAZ.CASTELO VERDE,ARTHUR THOMASI NETTO  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700305**

CPF: 522.535.549-87,torna público que requereu a SEMMA/Paragominas, a LAR para as ativ.de agr. e pec., situada no município de Paragominas/PA.

**FAZ. SAPUCAIA, VICTOR A. LOUREIRO  
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 700307**

CPF: 913.437.552-04, torna público que requereu a SEMMA/Paragominas, a LAR para as ativ.de agr. e pec., situada no município de Paragominas/PA.



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA  
EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
LICENÇA AMBIENTAL - COMUNICADO**

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que requereu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a **Licença de Prévia, Licença de Instalação e Autorização de Supressão de Vegetação**, para o Sistema de Distribuição de Energia Elétrica Muiraquitã, tensão 138 kV, localizado no **Município de Santarém**, no Estado do Pará.



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA  
EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
LICENÇA AMBIENTAL - COMUNICADO**

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que requereu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a **Licença de Prévia e Licença de Instalação**, para o Sistema de Distribuição de Energia Elétrica Água Azul do Norte, tensão 138 kV, localizado no **Município de Água Azul do Norte**, no Estado do Pará.



Secretaria  
Especial de Estado  
de Gestão



GOVERNO DO  
**PARÁ**

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE